

Senadores podem inviabilizar as negociações com bancos credores

Dívida Externa

10 OUT 1990

01-02-87

O GLOBO

21-6-90

BRASÍLIA — Procura-se um interlocutor. Esta foi a frase mais repetida ontem, no início da noite, quando a Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, foi surpreendida com a informação de que os senadores não aprovariam os limites e as condições para as negociações com os bancos credores, hoje, como ficara acertado. O fato contraria as expectativas da equipe econômica e introduz dificuldades nas conversações, porque o negociador oficial da dívida externa, Embaixador Jório Dauster, e o Secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, não poderão se sentar à mesa de negociação com uma posição fechada do Senado.

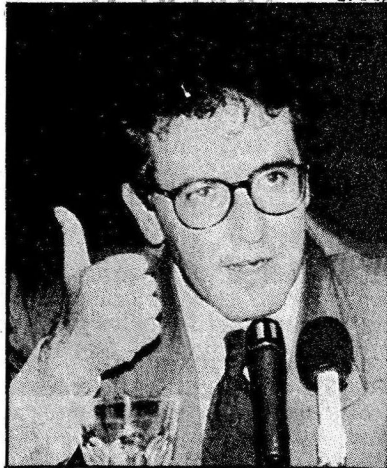
A Ministra chegou a programar uma reunião com os membros da Comissão de Economia do Senado para amanhã. Assim, enquanto Kandir e Dauster estivessem detalhando a proposta de negociação, em Nova Iorque, os senadores, ao mesmo tempo, seriam informados sobre os passos da missão negociadora. E esse entrosamento é necessário, porque o



Dauster: dependendo do Senado

acordo só terá validade se baseado nas premissas definidas pelo Senado e após sua aprovação em plenário.

O problema é que o Presidente da Comissão, Severo Gomes, embarca à noite para Paris, onde ficará até o



Kandir: negociações emperradas

dia 22 participando do “Tribunal dos Povos”, onde defenderá os direitos do povo ianomami. E o Relator do projeto de resolução, Senador Fernando Henrique Cardoso, viajou para a Antártida e só volta no dia 13.

— Agora não sabemos com quem negociar — reagiu o Assessor Parlamentar do Ministério da Economia, Edson Garcia.

O Senador Severo Gomes, porém, não está preocupado:

— Não se pode dizer que as negociações estão limitadas só porque o Senado não votou — comentou.

Na sua opinião, o Senado terá bastante tempo para definir a resolução, porque as negociações com os credores ainda demorarão muito.

O projeto de resolução de Fernando Henrique Cardoso não foge das linhas gerais para a negociação já anunciadas pela Ministra Zélia. Na verdade, apenas dois tópicos, como revelou Severo Gomes, poderão dificultar os entendimentos com os banqueiros. Um deles obriga os bancos a estenderem ao Brasil todas as vantagens asseguradas a outros países. O segundo, mais polêmico, proíbe qualquer pagamento aos bancos antes da aprovação dos contratos pelo Senado.